



LUTAS DE RESISTÊNCIA, MULTIPARTIDARISMO

Resistance Struggles and Multi-partisanship

Guilherme Castelo Branco *

Resumo: O trabalho parte da análise das relações entre governamentalidade e lutas de resistência, procurando saber se ainda é possível entender o papel das lutas agonísticas e das lutas libertárias no mundo democrático atual, gerido por uma máquina burocrática que teria por função a regulação e controle da vida social. Por outro lado, o que seria democracia em países periféricos como os que estão situados nas Américas? Como seria o caso do Brasil? Na continuação, o trabalho faz uma incursão sobre o papel dos pequenos partidos, ditos partidos periféricos, no tempo presente, procurando ver neles potencial político criativo e inovador. No caso do Brasil, assim como na Europa, os pequenos partidos parecem ter um papel inovador e surpreendente, contradizendo teorias e analistas políticos, mobilizando setores sociais antes sem visibilidade.

Palavras-chave: Democracia. Estado de exceção. Violência de estado. Participação democrática. Lutas de resistência.

Abstract: The work first analyses the relations between governmentality and resistance struggles. It seeks to know whether it is still possible to understand the role played by both the agonistic and libertarian struggles in today's democratic world, which is managed by a bureaucratic machine that works on the regulation and control of social life. On the other hand, what would be democracy in peripheral countries like those in the Americas? What about Brazil? In the following, the work investigates the role of today's small parties, the so called peripheral parties, seeking to see in them new and creative political potential.

* Professor Titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil. Pesquisador da FAPERJ. Artigo recebido em 19/11/2018 e aprovado para publicação em 23/11/2018.

In the case of Brazil and of Europe, small parties seem to play an innovative and surprising role, contradicting theories and political analysts, as they can mobilize social sectors that didn't use to have any visibility before.

Key-words: Democracy. State of Exception. State's Violence. Democratic Participation. Resistance Struggles.

Michel Foucault, com sua antevisão conceitual e histórica, fez com muita pertinência a conexão entre governamentalidade e as práticas totalitárias (incluindo nelas a burocracia e as práticas concentracionárias). Gestão da vida e governo das pessoas andam lado a lado, e às vezes geram uma cumplicidade tão serena como perversa. A modernidade, nesta perspectiva negativa, não seria uma etapa do crescimento do potencial da razão, mas sobretudo a marcha, com várias faces, que ocorre no espaço intermediário entre a racionalidade instrumental e as práticas de eliminação e exclusão de pessoas indesejadas ao sabor das lógicas econômicas.

Os tempos da governamentalidade e da biopolítica, nunca é demais recordar, são também os da instauração do biopoder e do racismo de Estado. Neles existe algo de paradoxal: ao mesmo tempo em que se busca melhorar a qualidade de vida, sua duração, potencializar o corpo, diminuir as doenças, enfim, fazer viver, por outro lado, o mesmo poder político passa a pedir a morte, a deixar morrer não somente seus cidadãos como todos os estranhos à forma de vida que ela determina com desejável. Governamentalidade e manipulação da vida e da morte não são excludentes; na verdade são faces de um mesmo jogo de poder com práticas de funcionamento simultâneos e opostos. A governamentalidade está completamente apoiada numa nova forma de gestão política e econômica. Neste novo tempo surgem práticas administrativas muito articuladas, configurando um movimento "... que vai assegurar a gestão da população por um corpo de funcionários" (FOUCAULT, 2004b, pág. 111). Trata-se de um novo tempo: da governamentalidade, da burocracia, da lógica do mercado.

Na aula do dia 1º de fevereiro de 1975, publicada no *Segurança, território, população*, Foucault faz uma apresentação sintética da governamentalidade, que é "... um movimento que faz aparecer a população como um dado, como um campo de intervenção, como fim das técnicas de governo, enfim como o movimento que isola a economia como sendo um domínio específico da realidade, e a economia política, ao mesmo tempo, como ciência e técnica de intervenção do governo no campo da realidade e (Ibidem). É muito comum se ouvir sobre a relação entre população e biopolítica; todavia, poucos pesquisadores alertam para o lugar de destaque da economia política neste processo histórico-social. Isso não deixa de ser surpreendente.

Em especial porque a definição de governamentalidade, que já é clássica nos estudos foucaultianos, diz o seguinte: “por governamentalidade, entendendo que é o conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, assim como cálculos e táticas [...] que tem como forma principal de saber a economia política, e por instrumento técnico essencial os dispositivos de seguridade-providência e de segurança (Ibidem). Na minha chave de leitura estamos falando da governamentalidade como gestão econômica e burocrática de gigantescos fundos que dão força ao capitalismo, até hoje, e que se fazem em nome do conforto de alguns milhões de pessoas que contribuíram para a manutenção de grandes montantes financeiros, em benefício próprio.¹

Muitos pensadores fazem da governamentalidade uma técnica de gestão e de controle político sem opositores, como se nosso tempo nada mais seja que a etapa final da história, com o acabamento da liberdade das diversas formas de contestação política e de vidas fora dos padrões ou das normas estabelecidas. Não concordo com tais interpretações pessimistas e em certos casos catastrofistas. Não existe mais o exercício das forças livres? Acabou a reação ao arbítrio, ao mal, à ignorância política, ao racismo? Ninguém mais responde à truculência, de todas as magnitudes? Como podemos pensar nos confrontos e nexos entre governamentalidade e lutas libertárias? Ora, gestão econômica e vida política não são a mesma coisa e seus vínculos, quiçá, são tênues e frágeis. Por sua vez, administração do mundo social e conduta individual e política não se superpõem. Administração e política não se reduzem a um universo uniforme. Pois gestão é coisa de mercado e política é negócio de gente. A finalidade do mercado é a mais-valia e o lucro, enquanto que as pessoas pensam em muitas coisas, como nos seus interesses, suas aspirações, anelos, direitos, e até mesmo nos seus negócios econômicos. As lutas de liberdade continuam fortes e cheias de vigor.

Se pensarmos no Brasil e no nosso continente, tão vilipendiado e explorado, o problema da ética é tão urgente que tratar de sua problemática, no campo político, torna-se praticamente inviável. Como conciliar governamentalidade com os anseios de parcelas da população, suas lutas libertárias, seus esforços persistentes a favor de direitos sociais e humanos em território brasileiro? Existem interesses institucionais verdadeiros em prol da vida democrática? No mundo, no Brasil, na América Latina? Sairemos, verdadeiramente, do domínio das oligarquias e das forças do mercado e do lucro?

Nada pode confirmar que a governamentalidade passe a ter domínio sobre os múltiplos campos de força, logo das lutas políticas, presentes no universo social. Em especial na América Latina. Se a política é a continuação da guerra por outros meios, se a sociedade consiste num multifacetado campo de forças, o que leva à tese foucaultiana da disseminação do poder

¹ Os demais bilhões de pessoas, claro, ficam fora do jogo dos amparados.

no complexo mundo das relações sociais, se estamos sem cessar diante de disputas e estratégias políticas, o controle político e suas técnicas não se acham consolidados. Por outro lado, num campo teórico como é o da analítica do poder, em política, ficamos adstritos ao plano da moralidade e arrastados pelos ventos nem sempre calmos do mundo jurídico.

A história política da experiência democrática, no Cone Sul, para muitos historiadores, foi resultado de uso 'oportuno' da *Enciclopédia*, o que instigou a imaginação das classes dominantes das Américas, que enxergaram na proposta de democracia à época como um instrumento de legitimação do controle político em condições de independência em política nacional. No Brasil e nas Américas, os movimentos de independência e os anseios de certos segmentos sociais das elites que defenderam e continuam a defender um modelo oligárquico de democracia, no início no século XIX, foram quase sincrônicos. As oligarquias latino-americanas se viram de posse do poder de Estado e da máquina administrativa. Foi um fenômeno de oportunismo político bem sucedido. Oligarquias, democracias e técnicas de gestão da vida social, portanto, não se excluem; pelo contrário, se complementam, na ampla fatia do mundo que são as Américas. O Brasil, neste contexto de democracia socialmente restrita recebe destaque e importância, pelo tamanho quase continental que possui. Mas as lutas de liberdade nunca deixam de ter lugar com todas as dificuldades existentes.

Lutas de liberdade, no contexto político, em regime democrático, tem recebido, na América Latina, uma vida e magnitude pouco expressiva, se pensarmos na sua dimensão e no seu potencial. Os que lutam pela diminuição do poder das oligarquias regionais ou nacionais sempre foram reprimidos, de modo muito violento, e foram constantemente malditos pela imprensa dominante. O Novo Mundo evidenciou constante trepidação no campo político, como é o que se passa hoje, com o renascimento da neo-direita e governos conservadores, em pleno século XXI. O caráter frágil das democracias talvez tenha se iniciado e tenha suas regras facilmente mutáveis nas Constituições e legislações das Repúblicas, desde o século XVIII, como Foucault analisa no *Sécurité, territoire, population*: é constitutivo das novas gestões do Estado contemporâneo a possibilidade de se romper a ordem jurídico-política, a partir de iniciativa do próprio Estado, criando condições para o estado de sítio, para o estado de exceção, para a violência de Estado.

Todo analista do pensamento de Foucault sabe que estruturas de poder hegemônicas não são eternas (ainda que possam durar milênios), que muitas conquistas de libertação acontecem em múltiplos continentes e países, onde lutas agonísticas são sempre presentes, a nível microscópico, e que podem chegar a produzir mudanças no mundo macroscópico da sociedade. Se onde há poder há resistência, nem todo controle está fixo e determinado e nem todo controle está realizado para sempre. Nunca

deixará de haver, por todo lado e em diferentes latitudes ‘um grito parado no ar’. Mudanças espreitam seu espaço e outros ventos podem modificar os contextos políticos que aparentemente se mostravam constantes ou permanentes. Oscilando entre um manifesto otimismo, com a defesa do poder de contaminação dos movimentos sociais ou a força da sociedade e, por outro lado, reconhecendo o poder das técnicas de controle da população, no meu entender, vemos Foucault assumir uma tomada de posição prioritária em prol das lutas de resistência enquanto parte das lutas de poder. Ora, se onde existe poder também existe resistência, o campo político está feito de universos fluidos e sem contornos definidos². Nem tudo pode ser dominado, nenhum poder pode controlar a todos, e a liberdade, de alguma forma, viceja, ainda que como uma simples flor do deserto.

O caso das experiências totalitárias é outro caso, pois quando existem estados de dominação, breves ou duráveis, na verdade as relações de poder deixam de existir, porque na ausência de liberdade deixam de existir vidas em contraste e luta agonística, condições para a convivência democrática. Na inexistência da democracia a truculência, a violência política, o terrorismo de Estado, as práticas repressoras, a privação jurídica e policial da liberdade, todas elas anulam a possibilidade de vínculo e de relações com os diferentes campos de poder com seus diferentes pontos de vista. O que já sabemos é que determinadas estruturas de poder, com características totalitárias, duram muitos séculos, com pouca vida pública ou política. Mas não duram para sempre. O que não é um consolo. Entretanto não deixa de ser relevante o fato, no período contemporâneo, de que as experiências totalitárias duram tempo limitado, ainda que fazendo muitos malefícios.

É digno de nota perceber que nos regimes totalitários e nas pseudodemocracias (em especial os EUA e Rússia), o sistema eleitoral é monopartidário ou bipartidário. Do ponto de vista estratégico, é muito mais fácil dominar, comprar, fazer alianças suspeitas, intimidar e perseguir apenas um partido considerado de oposição diante de um regime autocrático³. Sistemas restritivos à participação partidária minimizam a pluralidade das pautas políticas e reprimem ou impedem as reivindicações e contestações sociais políticas e econômicas. O imprescindível estudo de Caramani (vide bibliografia) lembra que a quase totalidade das experiências democráticas iniciadas há dois séculos criaram diferentes modalidades de barreiras à participação política, num amplo leque que vai do gênero à idade, da renda ao credo religioso, entre outros.

² Salvo, talvez, se isto pode ser respeitado, as “cláusulas pétreas” das Constituições dos diversos países democráticos.

³ No Brasil, no tempo da truculência, que eu vivi na carne enquanto estudante e jovem professor, existiam apenas dois partidos, a ARENA e o MDB. Eram partidos sem coragem e sem vigor. Oportunistas de diversos tipos se valeram das legendas oficiais para conquistarem cargos e empregos naquela época. Para obter benefícios na ditadura bastava lambar coturnos e ser inexpressivo. Eram tempos sombrios, tristes e medíocres.

Michel Foucault, numa passagem que considero importante, fala (uma vez que é transcrição de uma entrevista) sobre o quanto as grandes instituições políticas e os grandes partidos políticos perderam a capacidade de dar respostas criativas aos desafios políticos abertos a partir do século XX. A seu ver, “uma das coisas que se deve preservar, é a existência, fora dos grandes partidos políticos dos seus programas normais e corriqueiros, de certa forma de inovação política, de inovação política e de experimentação política” (FOUCAULT, 1994, vol. IV, p. 746). Na sua percepção, à época, a expressiva pauta de inovação política estava nas mãos dos movimentos sociais que cresciam e ainda crescem no século XXI, sempre com pautas renovadas. Ora, muitos movimentos sociais deram origem a pequenos partidos, assim como os pequenos partidos trazem pautas inovadoras e específicas em política. Não enxergo na visão de Foucault uma pauta contra os partidos em geral; na verdade, ele faz críticas à falta de criatividade dos grandes partidos e instituições, que tem como contrapartida a inovação dos movimentos sociais. Não se fala dos pequenos partidos, talvez pela incapacidade de se perceber, à época, o seu papel político no futuro. O foco nos movimentos sociais, certamente, impediu Foucault de compreender que outros atores políticos poderiam contribuir nas pautas inovadoras em política.

Sem desmerecer o caráter inovador e constante dos movimentos sociais, vamos centrar nossa atenção nas lutas partidárias nos últimos anos, que parecem quebrar com muitos preconceitos do senso comum e da mídia⁴. Segundo Santos, partidos com pouca representatividade na Câmara dos Deputados, em Brasília, possuem certa expressão eleitoral nos legislativos estaduais, que cresce em dimensão quando se observam os resultados nos municípios⁵. O fim do bipartidarismo forçado no Brasil, em 1982, teve como efeito o surgimento de número crescente de partidos políticos. Em 2014 o Tribunal Superior Eleitoral computava que existiam trinta e três partidos⁶. A maioria deles tem expressão local e regional (considerando que sempre importam em locais e regiões nas quais as grandes agremiações políticas não mais obtém êxito em cativar representação política). Poucas pessoas se dão conta do fato de que, desde a possibilidade da criação de novos e pequenos partidos,

⁴ É importante observar que que na análise política recente novos métodos e formas de análise criaram olhar renovado no que se refere ao desempenho dos pequenos partidos na política partidária.

⁵ Tal fenômeno ocorre em diferentes países do mundo, nos quais o sistema eleitoral leva as eleições proporcionais, com grande número de partidos (entre quatro e quatorze partidos, em geral). Nos estados e municípios, no caso brasileiro, revelam decisões que expressam interesses práticos e específicos que são locais e regionais, seja para eleitos e eleitores. As pautas municipais não reverberam, necessariamente, as pautas nacionais, repetidas, todos os dias, pela grande mídia.

⁶ Em 2018 os partidos políticos legalizados passaram a ser trinta e cinco, com tendência de forte crescimento quantitativo.

no Brasil e no exterior, novas propostas e novas ou antigas maneiras de pensar obtiveram voz e voto.

Ao contrário do que é voz corrente, os grandes partidos políticos brasileiros perderam espaço político e votos, em todo o território brasileiro, em particular nas pequenas cidades, enquanto que os pequenos partidos políticos tiveram crescimento significativo. Tal crescimento, cabe alertar, não se mede pela quantidade de eleitos para o Congresso Nacional. É na base da pirâmide da representação política que as pequenas agremiações políticas ganham força. Nada impede, portanto, que se analise a pulverização dos pequenos partidos enquanto fato micropolítico com alcance e potencial altamente expressivo e inovador. O que equivale a dizer, numa perspectiva foucaultiana, que o microfísico, na estrutura política legalizada, pode ter expressão num grande país como o Brasil.

Não se deve negligenciar a existência e as aspirações dos partidos periféricos. Talvez ainda tenhamos que aprender muitas lições com tais agremiações. Por este motivo, pode ser falsa a hipótese, defendida pelos grandes partidos, de que os pequenos grupos políticos seriam ‘partidos de aluguel’, com votos à venda a cada decisão parlamentar considerada mais importante. Parece ser ainda mais falsa a defesa (esta sim interessada e quiçá pouco honesta) de que deve ser feita uma reforma política visando eliminar os pequenos partidos; na verdade, tentar eliminar “os partidos políticos periféricos legalmente e não pelo voto equivale a cercear a competição e a consagrar uma reserva de mercado de eleitores, algo que nem mesmo o elevado custo das campanhas conseguiu realizar com êxito” (SANTOS, 2018, p. 166). Ao que tudo indica, lutas estratégicas e micropolíticas, no universo capilar dos processos eleitorais, têm como efeito o fortalecimento dos partidos periféricos, que trazem programas inusuais e desconhecidos pelos analistas voltados para os grandes centros urbanos ou interessados apenas na macropolítica. Vale a pena se perguntar sobre o potencial transformador das pequenas legendas, uma vez que elas podem formar arcos políticos com propostas de lutas sociais e econômicas que são capazes de derrotar cartéis políticos tradicionais e oligarquias associadas aos grandes partidos⁷

⁷ Recentemente, a título de exemplo, países que superaram regimes totalitários persistentes, o que ainda está em curso, como Portugal e Espanha, somente conseguiram vencer os partidos conservadores e de direita quando efetivaram estratégias de fragmentação partidária; através do crescimento do número de partidos, as novas agremiações de centro-esquerda puderam fazer uma aliança que levaram ao enfraquecimento e à derrota dos partidos conservadores e de centro-direita a nível nacional. Portugal e Espanha souberam atravessar o limiar do retrocesso político através de pequenas organizações partidárias com propostas renovadoras que acabaram, se tornando majoritárias através de alianças bem arquitetadas. Foi quebrando estruturas partidárias restritivas que os novos partidos populares (que se denominam, por uma carga semântica positiva, de populistas) e de esquerda têm conseguido vencer, ademais, candidaturas de partidos de extrema-direita em praticamente toda a Europa.

Seria Foucault pensador e militante capaz de trazer um posicionamento político inspirador no mundo de ameaças e de retrocessos que nos cercam, na atualidade? É certo que ele não mais responde aos desafios do presente, do século XXI, mas ainda pode ser fonte de inspiração às demandas dos movimentos libertários de pequena dimensão. Seu pensamento ainda pode animar os gestos ousados dos pequenos partidos. Anti-determinista, Foucault firma posição na afirmação de que “ eu creio solidamente na liberdade humana”.(FOUCAULT, 1994, vol. IV, p. 693)

Para finalizar, vale a pena alertar que que o inimigo da filosofia, do pensamento e da liberdade não é nem a *doxa* nem a opinião; O grande inimigo é a truculência. A violência cega, a ignorância, o descaso podem invadir espaços abertos à criação e ao mundo da invenção. Todavia, jamais conseguirão aniquilar o poder e a força sutil da educação, a grandeza das ideias, o amor, o canto das gentes.

Referencias Bibliográficas

ARENDDT, H – *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CAMARANI, D. – *The Societies of Europe: Elections in Western Europe since 1815*. Reino Unido, Macmillan Reference, 2000.

CASTELO BRANCO, G. (org.) – *Terrorismo de Estado*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.

_____ *Michel Foucault: filosofia e biopolítica*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2015.

CORRÊA, M. L. – *Quilombo Pedra do Sal*. Belo Horizonte, FAFICH, 2016.

DUARTE, A.- *Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo* in Para uma vida não-fascista (Orgs. Margareth Rago, Alfredo Veiga-Neto). Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.

FOUCAULT, M. — *Histoire de la Sexualité I. La Volonté de Savoir*. Paris: Gallimard, 1976.

_____ *Dits et écrits. 1954-1988*. Paris: Gallimard. 4 vols. Orgs. D. Defert, F. Ewald e J. Lagrange. Paris: Gallimard, 1994.

_____ *Il faut defendre la societé*. Paris: Ed. du Seuil, 1997.

- _____ *Naissance de la biopolitique*. Paris: Ed. du Seuil, 2004a.
- _____ *Sécurité, territoire, population*. Paris: Ed. du Seuil, 2004b.
- _____ *Genealogia del racismo*. La Plata: Altamira, 1996.
- SANTOS, W. G. – *A democracia impedida. O Brasil no século XXI*. RJ: FGV Editora, 2017.
- _____ *A difusão parlamentar do sistema partidário. Exposição do caso brasileiro*. RJ: Ed. UFRJ, 2018.

Endereço do Autor:

Rua Dias Ferreira, 617/501
22431-050 Rio de Janeiro - RJ
guilhebranco@gmail.com